



Declaração dos povos

Reuniram-se na Cidade de Maputo, na III Conferência Triangular dos Povos organizada pela campanha Não ao ProSavana nos dias 24 e 25 de Outubro de 2017, cerca de 200 pessoas dentre as quais camponeses, camponesas, representantes de movimentos sociais, organizações não-governamentais, organizações de fé, académicos, estudantes, activistas, pessoas de boa-fé e membros da Campanha Não ao ProSavana dos três países (Moçambique, Brasil e Japão) com objectivo de reflectir de forma profunda e democrática o modelo de desenvolvimento de Moçambique.

A conferência decorre num contexto em que o governo de Moçambique tem priorizado o modelo de desenvolvimento assente no sector privado particularmente “parcerias público-privadas” que, conseqüentemente, tem suscitado a entrada e implementação de grandes investimentos, nacionais e estrangeiros nos sectores de agricultura com foco para o agronegócio, mineração e hidrocarbonetos nos principais corredores de desenvolvimento.

Nós, povos articulados na campanha Não ao ProSavana e demais participantes analisamos e discutimos a conjuntura nacional e constatamos o seguinte:

1. A priorização e insistência em políticas e programas não inclusivos que não respondem as necessidades, desafios e vontade da classe camponesa;
2. Entrada massiva de investimentos privados para as áreas de agronegócio, com ênfase para o ProSavana, PEDEC, a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional, Programa de desenvolvimento do corredor logístico de Nacala e o programa Sustenta. Estes têm como foco principal a produção em grande escala de monocultivos, maioritariamente *comodities* para fornecer ao mercado externo.
3. Os programas em curso e propostos têm promovido o uso de sementes melhoradas em detrimento das sementes nativas e do modo de vida camponesa.
4. A maior parte dos projectos são implementados nos territórios dos camponeses justificados e validados por consultas públicas deficientes e contestadas. Outrossim, desvalorizam e desrespeitam os valores e patrimónios culturais (cemitérios e lugares sagrados, lugares de sepulcros) dos povos.

5. Existência de inúmeros casos de conflitos e usurpação de terra nos territórios dos camponeses por parte de grandes investimentos de agronegócio incluindo o ProSavana. Estas práticas têm suscitado a deslocação involuntária de camponeses e comunidades rurais.
6. Ocorrência de ameaças por autoridades locais, cooptação e marginalização de camponeses e líderes dos movimentos sociais que se opõem ou que apresentam opinião contrária sobre o ProSavana.

Face às constatações acima referidas, nós os povos de Moçambique, Brasil e Japão presentes nesta Conferência demandamos e denunciemos:

1. Rejeitamos o modelo de desenvolvimento excludente e discriminatório baseado no agronegócio que nos é imposto, por entender que este modelo tem como base a expansão e acumulação de capital por parte dos grandes investidores e assenta-se na produção de lucro e não no bem-estar dos povos.
2. Exigimos o respeito pela cultura e saberes da classe camponesa;
3. Exigimos um processo de discussão e criação de um plano de agricultura camponesa, da base para o topo, onde terão de ser discutidos os desafios, necessidades e expectativas dos camponeses e camponesas e assim formulado o Plano.
4. Exigimos que o governo de Moçambique e os seus parceiros respeitem a Constituição da República e demais leis vigentes no país.
5. Reiteramos a nossa posição Não ao Programa ProSavana e programas similares, em curso nos seis principais corredores de desenvolvimento, pelo modelo que representam e pelo modo em que foram concebidos e impostos ao povo moçambicano.
6. Camponeses, camponesas e demais participantes recusam uma vez mais a implementação do programa Prosavana.
7. Encorajamos o governo de Moçambique a apostar na agricultura camponesa que é o garante da soberania alimentar proporcionando entre outros, incentivos para os camponeses aumentarem a sua área de produção, a sua produção e produtividade com intervenções específicas como serviços de extensão agrária, acesso ao mercado e acesso a infraestruturas produtivas.
8. Reafirmamos a nossa determinação em fortalecer a luta pela defesa dos nossos patrimónios, tornando-os a única via para garantir a soberania alimentar.

9. Exigimos ao governo de Moçambique para que aprove políticas e estratégias que encorajem e apoiem os camponeses a usar as suas sementes nativas e a manter os seus sistemas locais de produção.
10. Repudiamos a intenção do governo de Moçambique e de parceiros de cooperação (USAID, Melinda & Bill Gate Foundation, RockFellers Foundation entre outros) de introduzir o uso de sementes geneticamente modificadas em Moçambique.
11. Encorajamos o governo a observar escrupulosamente a Lei de Terra e o Artigo 109, alínea 3 da Constituição da República e garantir a sua implementação. Adicionalmente, repudiamos a recente aprovação do decreto que prevê a revisão da Lei de Terra para acomodar interesses capitalistas.
12. Enquanto povos continuaremos a lutar em defesa dos bens comuns, a estabelecer alianças de solidariedade com povos de outras nações, e a debater colectivamente as alternativas ao modelo de desenvolvimento imposto.

Finalmente, estendemos o nosso convite e apelo a todos os movimentos sociais, organizações da sociedade civil, comunidades rurais e todos os cidadãos em geral para uma ampla mobilização, engajamento e organização de uma frente comum de resistência a este modelo de desenvolvimento em que se assenta o agronegócio e a construir o modelo alternativo assente no bem-estar das pessoas. Enquanto povos unidos continuaremos engajados na luta contra as desigualdades, contra todas as formas de injustiça e de discriminação bem como na defesa dos nossos direitos e interesses relativos ao acesso e controlo de terra, sementes nativas, água, florestas, ar, bens e património culturais e históricos comuns.

Não ao ProSavana!

Maputo 25 de Outubro de 2017